

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº DE 2013
(Do Sr. Mendonça Filho)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – com o auxílio do Tribunal de Contas da União – adote as medidas necessárias para realização de fiscalização e controle de despesas associadas à ampliação e modernização da fábrica de lubrificantes da Petrobras Distribuidora localizada em Duque de Caxias-RJ.

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com os arts. 32, XI, b, 60, incisos I e II e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, adote as medidas necessárias para realização de fiscalização e controle – com o auxílio do Tribunal de Contas da União – de despesas associadas à ampliação e modernização da fábrica de lubrificantes da Petrobras Distribuidora localizada em Duque de Caxias-RJ.

JUSTIFICATIVA

Notícia recentemente veiculada pelo *blog* do Noblat aponta para a ocorrência de licitações viciadas e superfaturadas bancadas pela Petrobras. Referida denúncia teria sido oferecida pelo Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minerais e Derivados de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro – Sitramico/RJ.

Mais especificamente, a matéria indica irregularidades associadas à ampliação e

modernização da fábrica de lubrificantes da BR em Duque de Caxias, RJ. O montante desviado, da ordem de R\$ 100 milhões, teria como destino o acerto de contas de campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores - PT.

No dia seguinte, 28 de fevereiro último, o Sitramico-RJ divulgou nota de esclarecimento negando que tenha afirmado que os desvios tenham sido perpetrados por integrantes do PT. Referido sindicato não nega, entretanto, a ocorrência do desfalque mencionado.

De se registrar que indícios de loteamento político e desvio de recursos na Petrobras há muito têm sido noticiados. Essas irregularidades, associadas à incompetência gerencial que reina na empresa, explicam boa parte dos problemas que a estatal vem enfrentando, com perda substancial do valor de mercado, queda nos resultados, além de dificuldades financeiras para fazer frente a contratos firmados com fornecedores.

Com base no acima exposto, requeremos que esta Comissão aprove a presente proposta e, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, realize investigação específica voltada para as preocupações apresentadas nesta exposição quanto à legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e bom uso dos recursos públicos.

Sala das Sessões, em de de 2013.

MENDONÇA FILHO
Deputado Federal